



ESTRATÉGIAS BRASILEIRAS DE COMBATE À HOMOFOBIA NA ESCOLA (2004-2009)¹

Felipe Bruno Martins Fernandes²
Miriam Pillar Grossi³
Joana Maria Pedro⁴

Introdução – Pano de Fundo e Contexto da Homofobia no Brasil

Como jovem pesquisador entendo-me como “tradutor cultural”⁵ e meu objetivo profissional é tornar possível alguma forma de inteligibilidade entre discursos de diferentes atores sociais envolvidos nas agendas políticas contemporâneas que lidam com temas de sexualidade e violência. Este trabalho é parte da pesquisa doutoral intitulada “Políticas educacionais de combate à homofobia no Brasil (2004-2009)” cujo objetivo é *estudar como as violências infringidas contra homossexuais (homofobia) se tornam categorias de políticas públicas no Ministério da Educação do Governo “Lula” no período de 2004 a 2009.*

Podemos conhecer alguns desses atores no site da Pré-Conferência *Be Heard*⁶ quando, na página principal, os organizadores apontam “quem deve participar” do evento: *HSH e Ativistas Transgêneros; Aliados de HSH e Transgêneros; Gerentes e Equipes de Programas de Prevenção/Cuidado; Pesquisadores; Artistas; Educadores; Profissionais Médicos; Escritores/Jornalistas; Especialistas em Construção de Habilidades; Profissionais da Justiça; Membros da Mídia; Gestores e Funcionários do Governo; Doadores/Financiadores; Legisladores; Voluntários; Representantes de Agências Governamentais/Multilaterais; Profissionais de Empresas.* A complexidade em nosso campo acadêmico, que é também político, não é tarefa fácil e deveria ser tomada como séria quando relacionada com discussões complexas feitas atualmente em

¹ Este texto é uma versão adaptada de apresentação oral feita na mesa redonda *Anti-Homophobia Strategies* na Pré-Conferência *Be Heard*, ocorrida em julho de 2010 em Vienna/Áustria. Como algumas falas/fragmentos de informantes/documentos são tradução da tradução pode haver diferenças em relação ao arquivo original. Agradeço especialmente Mohan Sundararaj e Rhon Reynolds, integrantes do *Fórum Global de HSH e Aids* (<http://www.msmgf.org/>), pelo convite para participar da pré-conferência. Agradeço os professores Peter Henry Fry e Rafael de La Dehesa.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). complex.lipe@gmail.com.

³ Profa. do Departamento de Antropologia da UFSC.

⁴ Profa. do Departamento de História da UFSC.

⁵ EVANS-PRITCHARD. *The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*. Oxford, England: Oxford UP, 1969.

⁶ A Pré-Conferência *Be Heard* antecedeu o Congresso Mundial de Aids 2010 discutindo temas relacionados aos homens que fazem sexo com homens (HSH) e a aids.



vários lugares no mundo em relação a homofobia. Por isso o grande problema de nosso tempo, no meu ponto de vista, é fazer da agenda um discurso mais fluido capaz de correr livremente entre atores com diferentes perspectivas, conhecimento, trajetórias, contextos, dentre outros.

Pensamos a homofobia numa perspectiva social. Apesar da homofobia ter emergido no senso comum norte-americano nos anos 1960 e transformada em categoria teórica na psicologia nos anos 1970, ela fora usada neste período para tratar de um tipo específico de “personalidade violenta”⁷. Nos 30 anos seguintes (1970-2000) foi incorporada em agendas políticas globais como um sistema de valores compartilhados⁸ que produz diferentes “hierarquias sexuais”⁹. A homofobia não é uma “natureza das coisas” ou uma “afeição”, mas a possibilidade de explicar alguns efeitos dessas hierarquias em diferentes contextos¹⁰. Para tal, a análise do sistema homofóbico tem sido feita majoritariamente através do uso de alguns indicadores como violência letal, violência simbólica, exclusão, desigualdade e discriminação no trabalho, na escola, etc. Considero que a homofobia pode apenas explicar fenômenos sociais específicos se discutida paralelamente com valores particulares e visões de mundo e não como um conceito universal que tenha os mesmos significados em diferentes sociedades. Entendemos a homofobia como algo que não pode ser universalizado, tampouco pode ser usada no singular (devemos sempre pensar em “homofobias”); mas é imperativo que ela possa ser comparada para fins analíticos e políticos.

Sexualidades brasileiras tem particularidades e semelhanças com sexualidades em outras sociedades. Homossexualidades brasileiras, por exemplo, são diferentes de homossexualidades norte-americanas no sentido de os Estados Unidos tem um grupo LGBT mais focado na noção de “comunidade”¹¹ e no Brasil este grupo tem uma perspectiva mais “diluída” no interior de outros grupos sociais e identidades. Nos EUA as comunidades LGBT são “regiões morais”¹² mas também “comunidades geográficas”¹³. Muitos de nós assistimos o filme *Milk* (2008) e aprendemos como *Castro*, uma rua de São Francisco, é reconhecida como um *gueto*, um espaço comunitário de gays e lésbicas desde os anos 1970. O casamento entre pessoas do mesmo sexo teve algum impacto nesta

⁷ FONE, Byrne. *Homophobia: a history*. Ontario/Canadá: Metropolitan Books, 2000.

⁸ BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Espanha: Bellaterra, 2001.

⁹ RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: >>>>>*.

¹⁰ Ver JUNQUEIRA, Rogério. *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*. Natal: Revista Bagoas, 2007, p. 1-22.

¹¹ RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade*, tradução de Felipe Fernandes, 2010 | DUBERMAN, Martin. *Stonewall*. New York: Dutton, 1993 | SCHULMAN, Sarah. *Ties that Bind: familial homophobia and its consequences*. New York: The New Press, 2009.

¹² PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento social no meio urbano. In: VELHO, Gilberto (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

¹³ MILLER, Vincent. *Intertextuality, the referential illusion and the production of a gay ghetto*. Social & Cultural Geography, v° 6, n° 1, fevereiro de 2005, p. 61-79.



configuração, mas mantemos o foco no argumento do gueto¹⁴. O gueto norte-americano é parte do imaginário LGBT local acerca do espaço urbano¹⁵. No Brasil a situação é diferente. Quando digo que as homossexualidades brasileiras são mais diluídas argumento que a homossexualidade não é vivida como uma comunidade particular mas como uma *população*¹⁶. Como Néstor Perlongher aponta:

No caso do Brasil Urbano, a inexistência de um processo de agrupação residencial da população homossexual no sentido clássico da noção de ‘guetto’ corresponde-se com um desenvolvimento ainda não monopólico das formas de ‘homogeneização’ dessas populações em benefício do ‘gay macho’ – como acontece nas cidades americanas (p. 61).¹⁷

Nesse sentido as homossexualidades brasileiras são vividas em vizinhanças mixtas de acordo com modelos específicos enraizados em diferenças de classe¹⁸. O gueto LGBT no Brasil é mais como uma “região moral” na qual os sujeitos das homossexualidades circulam, “caçam”, mas não vivem¹⁹. Peter Fry²⁰ analisou os modelos de homossexualidade vividos no Brasil como hierárquicos e igualitários. O modelo hierárquico é aquele vivido em camadas populares nas quais a diferença entre “bicha” e “bofe”²¹ são pré-requisito. As diferenças entre estas categorias são baseadas em marcas na indumentária, no gestuário, entre outras. Importante ressaltar que no Brasil o bofe (ativo) não é sempre interpretado como homossexual²². O modelo igualitário seria aquele vivido em camadas médias e altas em que a “homossexualidade” é vivida e experienciada por homens que compartilham atributos comuns.

O movimento LGBT brasileiro é estruturado e ativo e atualmente tem focado na agenda anti-homofobia como principal prioridade. Por 21 anos o Brasil viveu sob o regime de ditadura militar (1964-1985). Como o movimento LGBT brasileiro emergiu no seio da luta contra um governo autoritário, sua história é ligada aos novos movimentos sociais (feminismo, ambientalismo, movimento étnico-racial) e muito marcada por ideologias libertárias²³. No momento da abertura

¹⁴ Vale mencionar a incorporação positiva do conceito de gueto, originalmente negativo e associado aos guetos judaicos destruídos pelo nazismo, pelo movimento LGBT norte-americano.

¹⁵ MILLER, Vincent. *Intertextuality, the referential illusion and the production of a gay ghetto*. Social & Cultural Geography, v° 6, n° 1, fevereiro de 2005, p. 61-79.

¹⁶ Como nos ensina Michel Foucault (2004), “população” é um conceito bio-político de controle e por isso está grifado em itálico como uma categoria nativa no campo das agendas políticas LGBT.

¹⁷ PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁸ FRY, Peter. *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

¹⁹ PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁰ FRY, Peter. *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

²¹ Este modelo é comparável com o dyke/femme norte-americano.

²² Tomando o risco de ser inocente, há um sentido de <<masculinidades pós-feministas>> (BOURCIEU, 2008) nessa interpretação da homossexualidade, mas também é importante apontar para a existência de violência doméstica dentre os sujeitos das homossexualidades que também são guiados por valores do sexismo corrente.

²³ TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Max Limonade, 1986.



política e fim da ditadura militar, nos anos 1980, a epidemia da aids atingiu o Brasil e desestabilizou as organizações, que tiveram que suspender a agenda de direitos civis para garantirem as respostas coletivas à aids²⁴. Poucos foram os grupos que mantiveram a agenda de direitos nos primeiros anos da epidemia uma vez que a mídia, líderes religiosos, médicos e outros atores atacavam a homossexualidade e a resposta a aids não foi por eles refletida cientificamente, mas moralmente. O avanço da resposta no Brasil ocorreu no final dos anos 1980/início dos anos 1990 e envolveu um estratégia de incorporar ao conhecimento médico as atividades da sociedade civil e seus sujeitos²⁵.

No início dos anos 2000 os temas relacionados com a homossexualidade não eram tratados em apenas uma área. No governo brasileiro, os anos 2000 viram emergir temáticas relacionadas com a cidadania homossexual serem tratadas não apenas pelo Ministério da Saúde, como ocorrera nas duas décadas anteriores. A área de segurança pública se tornou central na agenda²⁶. Um dos poucos grupos que manteve uma agenda de luta contra a violência durante os anos 1980 foi o Grupo Gay da Bahia, que tem coletado notícias e informações sobre crimes de ódio (especificamente violência letal) no país, e com base no trabalho deste grupo podemos afirmar que a cada dois dias uma pessoa LGBT é assassinada no país²⁷. É importante mencionar que este trabalho indica que o assassinato destas pessoas foi motivado pela identidade sexual da vítima. “*Nos primeiros dois meses de 2010 34 homicídios contra homossexuais já foram documentados*”, disse Luiz Mott. A tendência mostrada pelo estudo é do aumento de casos desde os anos 1980 e não sua diminuição como uma interpretação ingênua dos avanços e conquistas da agenda LGBT poderiam apontar.

Em 2002 a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para o governo federal possibilitou deslocamentos fundamentais no tratamento da homofobia no Brasil. O governo anterior teve importantes avanços na área de saúde e no combate à aids nas populações LGBT e também foi responsável pela organização da delegação brasileira à Conferência de Durban. A preparação da delegação e sua participação resultou na fundação do Conselho Nacional de Combate à

²⁴ CÂMARA, Cristina. *Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002 | FACHINNI, Regina. *Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005 | BASTOS, Cristiana. *Responding to Aids in Brazil*. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, v° 1, n° 1/2, 2004.

²⁵ BASTOS, Cristiana. *Responding to Aids in Brazil*. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, v° 1, n° 1/2, 2004.

²⁶ RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. *A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas*. Physis, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2006 | MOTT, Luiz. *ASSASSINATO DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL: RELATÓRIO ANUAL*. Grupo Gay da Bahia, 2010. Disponível em < <http://comerdematula.blogspot.com/2010/03/ggb-divulga-relatorio-anual-dos-crimes.html> >. Acesso em 28/06/2010.

²⁷ MOTT, Luiz. *ASSASSINATO DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL: RELATÓRIO ANUAL*. Grupo Gay da Bahia, 2010. Disponível em < <http://comerdematula.blogspot.com/2010/03/ggb-divulga-relatorio-anual-dos-crimes.html> >. Acesso em 28/06/2010.



Discriminação (CNCD) na secretaria de direitos humanos no Ministério da Justiça. Representantes LGBT tem assento nesse conselho, que lança o Brasil Sem Homofobia. O PT tem uma relação de proximidade com os movimentos sociais, especialmente em seu núcleo social. Esta relação entre estado e sociedade civil demanda processos de aprendizagem para ambos os lados. Representantes do movimento LGBT *mainstream*²⁸ tiveram que entender como funciona o orçamento da união para que pudessem propor ações “mais concretas” no governo do PT. No momento em que o movimento LGBT entendeu o funcionamento da máquina pública, uma coalizão entre o estado e a sociedade civil lançou um programa de governo intitulado “Brasil Sem Homofobia” (BSH). Este programa foi lançado em maio de 2004²⁹.

O BSH é a base que tornou possível que a homofobia fosse tratada não apenas pelas áreas de Saúde e Segurança Pública (eixo dos Direitos Humanos), mas também Educação, Cultura, Trabalho, Meio Ambiente, dentre outros campos de governança. O programa não foi implementado igualmente nas diversas áreas do governo. O Ministério do Trabalho, por exemplo, teve poucas e inefetivas ações. As áreas de governança com maior investimento foram Educação e Cultura, uma vez que Saúde e Segurança Pública já estavam consolidadas no momento de lançamento do programa. Rafael de la Dehesa³⁰ acaba de lançar uma excelente análise sobre a área de Cultura. Educação é a área que estudo para minha tese e na qual focarei a partir de agora.

Exemplos de boas práticas – Homofobia e Educação

O BSH foi responsável por tornar a homofobia uma categoria amplamente usada na elaboração de políticas públicas no Brasil. Os objetivos para a área da Educação incluem:

- V – Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual
- Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual.
- Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
- Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
- Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;

²⁸ RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. *A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas*. Physis, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2006.

²⁹ Devemos atentar para o fato de que no primeiro ano de qualquer governo no Brasil as ações implementadas foram elaboradas no governo anterior. Para maiores informações veja a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) que regula o Plano Pluri-Anual do orçamento da união.

³⁰ DEHESA, Rafael de la. *Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil: Sexual Rights Movements in Emerging Democracies*. Durham: Duke University Press, 2010.



- Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB.
- Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas.

Foi criado o Grupo de Trabalho do BSH no MEC, constituído por representantes de várias secretarias do MEC, mas também por acadêmicos e ativistas LGBT, com o objetivo de monitorar sua implementação de acordo com as metas acima, encorajando a articulação de vários conhecimentos para criar um “enfrentamento”³¹ da homofobia nas escolas.

Para que as políticas fossem eficazes muitas agências atuaram na criação de “*indicadores de homofobia*”. O lançamento do relatório “*Juventudes e Sexualidades*”³² em julho de 2004 teve um importante papel na agenda. O relatório ofereceu estatísticas sobre a relação entre sexualidades e escola, inclusive as homossexualidades. Os dados foram imediatamente incorporados nos discursos usados pelos sujeitos da política como possibilidade de construir e legitimar tais políticas.

Também em julho de 2004 o MEC criou uma agência chamada “*Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*” (SECAD). Esta agência implementa políticas para populações que não têm acesso a sistemas formais de ensino. Chamada de secretaria “caçula” do MEC por gestores, a SECAD parece seguir o slogan geral do PT no governo: “*Brasil, um país de todos*”. Como eu vejo, a SECAD é também uma resposta à plataforma histórica do PT na Educação.

Tomando como base as políticas implementadas pela SECAD no combate à homofobia estas se enquadram em 4 categorias: *formação continuada de professores, organização de seminários e eventos, criação de prêmios e concursos e, publicação de material didático-pedagógico*.

A formação continuada envolve o treinamento de professores através de cursos. Para a SECAD, os cursos de formação continuada são uma forma dos professores se “sensibilizarem” para o fato de que a educação é mais do que um processo formal de ensino e aprendizagem. Como uma notícia no sítio eletrônico da SECAD afirma: “*um dos objetivos do curso é sensibilizar os professores na identificação de problemas relacionados com a violência [...] e conceder-lhes ferramentas para tomarem ações mais efetivas*”.

Em todos os cursos, segundo análise dos discursos do governo, o estado é responsável por equipar os professores com as ferramentas necessárias para agirem segundo os princípios dos direitos humanos. Os professores são entendidos como os atores que possibilitam o alcance de uma “*educação para todos*”. Como disse Matilde Ribeiro, então ministra da Secretaria de Políticas de

³¹ Um enfrentamento é, no discurso das políticas públicas brasileiras, coordenar articuladamente ações de uma temática em várias agências de governo.

³² ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary; SILVA, Lorena. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília (DF): UNESCO; 2004.



Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que se envolveu com essas políticas de educação: “os professores são a matéria desse processo... imersos em uma cultura de igualdade, [eles] produzem mudanças na atitude dos estudantes, famílias e sociedade”.

A segunda estratégia de combate à homofobia no MEC é a organização de Seminários e Eventos. Estes eventos tem múltiplos objetivos. Um deles é dar visibilidade a questões que deveriam ser incluídas no sistema educacional (como a homofobia); outro é estabelecer metas para as políticas públicas. Estes eventos se tornaram um lugar chave no estabelecimento de ligações entre gestores, especialistas e outros representantes da sociedade civil. Além da organização de eventos, os profissionais da SECAD também participam de eventos organizados por outros setores. Por exemplo o ex-secretário da SECAD participou no 12º EBGLT³³ em Brasília/DF em 2005:

Infelizmente no campo da educação no país se fez um falso e perverso sinônimo. Se fez um sinônimo entre diferenças e desigualdades. Traduziu diferença em desigualdade e, portanto se fez o país, a sociedade e a escola intolerantes. Para poder viabilizar uma quebra com esta intolerância, é vital acabar com esse sinônimo. Entender que diferente não é igual a desigual e, mais do que isso, que para acabar com a desigualdade desse país nós temos que valorizar as diferenças. E valorizar as diferenças significa trazer para o eixo da educação a questão da diversidade étnico-racial, cultural, ambiental, regional e especificamente de gênero e orientação sexual.

A terceira estratégia é a organização de prêmios e concursos. Estas ações são desenhadas para estimular debates de forma que possam atingir uma população mais ampla que outras estratégias como a organização de eventos. Um exemplo é o “Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero”, aberto para quaisquer estudantes, da educação básica ao ensino superior que não é específico para o tema da homofobia. Premiou vários textos que abordavam os temas das homossexualidades. O Prêmio é organizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e tem como uma de suas parceiras a SECAD. O objetivo do prêmio é “promover reflexões sobre as desigualdades de gênero nas escolas e universidades”. Ao promover a pesquisa e reflexão, os prêmios e concursos também ampliam a produção de conhecimentos sobre direitos humanos, gênero e sexualidade.

A última estratégia é o desenvolvimento e publicação de material didático. Estes recursos são desenhados para estender os princípios de direitos humanos promovidos pelo governo federal na sala de aula. A SECAD produziu (e/ou financiou a produção de) livros, mapas, calendários, vídeos, sítios eletrônicos e módulos de aprendizagem.

Barreiras na implantação de “boas práticas”

³³ Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros.



Vários atores estão envolvidos no desenvolvimento e implementação de políticas que transversalizam o combate à homofobia no MEC. Aponto três tipos como sendo os principais grupos que estão envolvidos. O primeiro é composto de gestores trabalhando na secretaria ou no governo. Os gestores estão diretamente envolvidos tanto no planejamento de longo prazo como na gerência diária da política educacional. O segundo engloba uma série de “especialistas” que ocupam posições em universidades ou ONGs. Estes atores são incorporados na política através de parcerias com a SECAD e tem papel fundamental no desenho de políticas e sua implementação. O terceiro envolve uma série de atores que variam daqueles pertencentes ao topo da hierarquia governamental a celebridades que não estão envolvidos diretamente no planejamento e implementação da política, mas que tem função importante na legitimação das políticas³⁴.

Esta constelação de atores é importante por refletir certas realidades sobre o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil. A antropóloga Aiwa Ong³⁵ tem demonstrado como, no contexto global contemporâneo caracterizado pela reestruturação neoliberal dos estados, vários atores sociais tem sido posicionados no desenvolvimento e implementação de estilos de governança de forma que são tanto articulados com o estado-nação como também ocupam lugares não supridos pelas agências estatais. Neste sentido proposto por Ong estes vários atores sociais, particularmente ativistas e acadêmicos, tem sido incorporados nas políticas de combate à homofobia no MEC. Estes diferentes atores sociais incorporados na política, como sugerido por Ong, estão articulados com, e em parte respondem a, agendas globais (dependendo do papel que desempenham).

Ao mesmo tempo é importante reconhecer que estes atores não são meramente sujeitos moldados pelas estruturas nacionais e globais, mas agentes ativos³⁶ que ressignificam estas agendas na prática cotidiana. Mais do que isso, o curso das políticas de combate à homofobia no Brazil também refletem “tensões produtivas” dentre os atores e instituições envolvidas. Estas tensões produtivas envolvem tanto as rivalidades institucionais como diferenças conceituais. Conceitualmente elas refletem as diferentes visões de mundo que guiam as ações de ativistas, gestores e acadêmicos, que, cada um, propõem ações que consideram mais eficazes baseados em suas pressuposições. Rivalidades institucionais envolvem competição por recursos.

³⁴ Percebo que há um sistema de prestígio social nas políticas que funciona com atores vinculados direta e indiretamente na política Este tema sera densificado na tese de doutorado.

³⁵ ONG, Aiwa. *Neoliberalism as Exception: mutations in citizenship and sovereignty*. Durham e London: Duke UP, 2006.

³⁶ ORNTER, Sherry. *Poder e Projetos: Reflexões sobre Agência*. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter (orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Ed. Nova Letra, 2006.



Conclusão

Argumentamos que é impossível pensar a homofobia como algo global e universal sem a reflexão sobre os valores das sociedades e as visões de mundo envolvidas. As homossexualidades são também contextuais. Analisar as diferentes hierarquias sexuais produzidas contextualmente é o ponto chave nas reflexões sobre homofobia.

A agenda anti-homofobia no MEC começou em 2004 com o lançamento do programa BSH, mas também com do relatório “Juventudes e Sexualidade”³⁷ e a criação da “SECAD”. Estes foram os elementos que estruturaram a homofobia como uma problemática educacional no. A SECAD foi criada como uma agência de gerenciamento na qual ocorreu a consolidação da agenda anti-homofobia e aparece como uma importante parte da história das políticas educacionais no MEC.

Os papéis desempenhados por atores sociais e instituições envolvidos na agenda anti-homofobia aparecem como centrais na análise do processo de elaboração de políticas públicas. Estes atores assumem diferentes tarefas no gerenciamento e desenho de políticas e também na garantia de aceitação e manutenção destas propostas na sociedade brasileira.

É através da organização de seminários, prêmios e concursos, publicação de material didático mas principalmente na execução de cursos de formação de professores que uma agenda anti-homofobia existe no MEC. Entretanto a forma através da qual estas ações/estratégias são desenvolvidas e as diferentes parcerias que as executam constituem um foco de tensões produtivas.

Penso que ainda não podemos avaliar o impacto das ações na transformação da realidade social. A transformação é o principal objetivo do programa BSH nos seus vários temas. Pude apontar algumas tensões e condições de possibilidade na história da elaboração de políticas no MEC e as formas que estas políticas tomaram e se tornaram possíveis. Neste sentido políticas de combate a homofobia estão sendo amplamente implementadas e executadas e a homofobia é, de fato, parte da agenda das políticas educacionais no Brasil.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary; SILVA, Lorena. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília (DF): UNESCO; 2004.

BASTOS, Cristiana. *Responding to Aids in Brazil*. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, v° 1, n° 1/2, 2004.

³⁷ ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary; SILVA, Lorena. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília (DF): UNESCO; 2004.



- BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Espanha: Bellaterra, 2001.
- BOURCIER, Marie-Hélène. Technotesto: biopolitiques des masculinités tr(s)ans hommes. *Cahiers du Genre*, n° 45, 2008.
- CÂMARA, Cristina. *Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.
- DEHESA, Rafael de la. *Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil: Sexual Rights Movements in Emerging Democracies*. Durham: Duke University Press, 2010.
- DUBERMAN, Martin. *Stonewall*. New York: Dutton, 1993.
- EVANS-PRITCHARD. *The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*. Oxford, England: Oxford UP, 1969.
- FACHINNI, Regina. *Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FONE, Byrne. *Homophobia: a history*. Ontario/Canadá: Metropolitan Books, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Security, territory, population*. New York: Picador, 2004.
- FRY, Peter. *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- JUNQUEIRA, Rogério. *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*. Natal: Revista Bagoas, 2007, p. 1-22.
- MILLER, Vincent. *Intertextuality, the referential illusion and the production of a gay ghetto*. *Social & Cultural Geography*, v° 6, n° 1, fevereiro de 2005, p. 61-79.
- MOTT, Luiz. *ASSASSINATO DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL: RELATÓRIO ANUAL*. Grupo Gay da Bahia, 2010. Disponível em < <http://comerdematula.blogspot.com/2010/03/ggb-divulga-relatorio-anual-dos-crimes.html> >. Acesso em 28/06/2010.
- ONG, Aiwai. *Neoliberalism as Exception: mutations in citizenship and sovereignty*. Durham e London: Duke UP, 2006.
- ORNTER, Sherry. Poder e Projetos: Reflexões sobre Agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter (orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Ed. Nova Letra, 2006.
- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento social no meio urbano. In: VELHO, Gilberto (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2006.



RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma teoria radical da politica da sexualidade*, tradução de Felipe Fernandes, 2010 de *Thinking sex: notes for a radical Theory of the Politics of sexuality* in Nardi, P. And Schneider, B. *Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies – A reader*, London/New York, Routledge ed., 1998, pp 100-133. Disponível em: < <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/zip/gaylerubin.rar> >. Acesso em: 28/06/2010.

SCHULMAN, Sarah. *Ties that Bind: familial homophobia and its consequences*. New York: The New Press, 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Max Limonade, 1986.